

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR
2022/2023

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Direito do Trabalho III – Turma A

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Luís Gonçalves da Silva - 2h/semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Sem outros docentes

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Aprofundar a temática dos conflitos colectivos, em especial, direito de greve e lock-out, conferindo um conhecimento teórico-prático dos principais problemas e vias de solução, tendo presente as posições doutrinárias e jurisprudenciais.

Conteúdos programáticos (principais pontos de análise)

§ 1.º INTRODUÇÃO

1. Direito colectivo: objecto, conteúdo e natureza
2. Conflito colectivo: noção e modalidades

§ 2.º ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-COMPARATÍSTICO

1. Considerações prévias
2. Revolução Industrial e Questão Social
3. Reconhecimento dos fenómenos colectivos
4. Eliminação dos fenómenos colectivos
5. Constitucionalização do Direito Colectivo

§ 3.º ENQUADRAMENTO HISTÓRICO NACIONAL

1. Monarquia Liberal (1834-1926)
 - 1.1. Proibição das corporações
 - 1.2. Reconhecimento dos fenómenos colectivos



2. I República (1910-1926)
 3. Estado Novo (1926-1974)
 4. Transição para a Democracia (1974-1976)
 5. Democracia (1976-2022)
 - 5.1. Constituição de 1976
 - 5.2. Estabilização do regime dos conflitos colectivos
 - 5.3. Revisões constitucionais
 - 5.4. Codificação
- § 4.º REGIME ACTUAL: DIREITO DA GREVE
1. Enquadramento comparatístico
 - 1.1. Alemanha
 - 1.2. Espanha
 - 1.3. França
 - 1.4. Itália
 2. Enquadramento constitucional
 - 2.1. Aspectos gerais dos fenómenos colectivos
 - 2.2. Direito de greve
 - 2.2.1. Considerações prévias
 - 2.2.2. Titularidade
 - 2.2.3. Exercício
 - 2.2.4. Fins
 - 2.2.5. Serviços mínimos
 - 2.2.6. Auto-limitação
 3. Regime ordinário
 - 3.1. Deliberação, declaração e aviso prévio da greve
 - 3.2. Adesão à greve
 - 3.3. Efeitos da greve
 - 3.3.1. Suspensão do contrato de trabalho
 - 3.3.2. Financiamento substitutivo da retribuição
 - 3.3.3. Organização do piquete de greve
 - 3.3.4. Limites do poder de gestão
 - 3.3.5. Competência para a definição dos serviços mínimos
 - 3.3.6. Critérios de definição dos serviços mínimos
 - 3.3.7. Execução dos serviços mínimos
 - 3.4. Incumprimento dos serviços mínimos
 - 3.5. Causas e consequências da ilicitude da greve
 - 3.6. Responsabilidade do empregador perante terceiros

3.7. Cessação da greve

3.8. Natureza

§ 5.º REGIME ACTUAL: LOCK-OUT

1. Enquadramento constitucional

2. Noção, modalidades e efeitos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos pretendem identificar os problemas específicos existentes na temática dos conflitos colectivos, bem como as particularidades de solução.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas teóricas-práticas são complementadas com apresentação de trabalhos (orais e escritos) dos discentes sobre os temas constantes do programa.

Os trabalhos devem identificar os principais problemas existentes no tema escolhido e apresentar propostas de solução, tendo sempre presente a doutrina e a jurisprudência.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A abordagem teórica-prática pretende transmitir o quadro geral do regime dos conflitos colectivos laborais, visando conferir aos discentes capacidade para identificar e resolver os problemas suscitados quotidianamente.

BIBLIOGRAFIA BASE*

Silva, Luís Gonçalves da – *Direito do Trabalho – Conflitos Colectivos (greve e lock-out)*, Imprensa FDUL, 2023, no prelo, com diversas indicações bibliográficas e jurisprudenciais.

* Serão indicadas nas aulas outras fontes (nacionais e estrangeiras), nomeadamente de artigos publicados em revistas, a propósito dos diversos pontos da matéria.